

Renan de Freitas Pinto e as construções intelectuais sobre a Amazônia

Renan Albuquerque Rodrigues¹

Gerson André Albuquerque Ferreira²

Mirian Souza Bitencourt³
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O artigo apresenta o processo de formação das ideias e interpretações sobre a Amazônia, sua especificidade no pensamento social brasileiro. Esse movimento é destacado de textos escritos por Renan de Freitas Pinto, autor fundamental para a compreensão da complexidade que compõem o vasto campo das ideias sobre a Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia. Pensamento social. Ideias. Extravio.

Abstract

The paper presents the process of formation of ideas and interpretations of the Amazon, its specificity in Brazilian social thought. This movement is highlighted written texts by Renan Made Pinto, author fundamental to understanding the complexity that make up the vast field of views on Amazon.

Keywords: Amazon. Social thought. Ideas. Loss.

¹ Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (2013). Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba (2008). Especializações em Psicopedagogia, Universidade Cândido Mendes/RJ (2002); Comunicação Empresarial (2004) e Psicologia Social, Centro Universitário Nilton Lins (2005). Graduado em Comunicação Social, Centro Universitário Nilton Lins (2001). Atualmente, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA); lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/Icsez/Ufam); Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Icsez) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Tem experiência em pesquisas sobre conflitos na Amazônia e impactos socioambientais, desenvolvendo estudos em áreas rurais, ribeirinhas, indígenas e com atingidos por barragens.

² Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba (2005). Graduado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Amazonas (1996). Atualmente, Professor Assistente da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana principalmente em relação à leitura dos conflitos indenitários.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/Ufam (2014 - 2016). Graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam (2013). Tem experiência na área da Comunicação com atuação nos seguintes temas: Divulgação Científica e Jornalismo Científico. Atualmente estuda o trabalho e as relações de poder nas usinas de pau-rosa da microrregião de Parintins - Amazonas (1950-2000).

Construções intelectuais sobre a Amazônia

O pensamento social requer articulação entre o que se quer saber sobre uma determinada região, ou um determinado recorte sobre um problema a ser colocado, isso do ponto de vista temático. É como se fosse uma perspectiva a partir de um problema particular para a obtenção de respostas ou pelo menos orientação na forma de como se pensar algo, através de uma busca metodológica pelo objeto.

As ideias podem sair de um determinado espaço ou um determinado local e serem utilizadas como instrumento para responder a outras questões em outras realidades. Por exemplo, do livro “O pensamento social do Nordeste” foi estabelecido a feitura de um livro chamado “O pensamento social na Amazônia”.

O pensamento social propõe construções e ideias produzidas acerca de um país, região ou local, e em qual contexto político, social e intelectual possibilitou a formação de tais ideias. Produz assim uma espécie de revisão sobre o que foi falado e escrito. Há aqui um processo de construção de uma identidade a partir de uma fala, de um discurso, de um texto e de um contexto específicos, procurando fazer uma interpretação e um recorte de um determinado dado da realidade.

É importante se dizer que o pensamento social não se coloca enquanto uma interpretação única acerca de um determinado tema, suas linhas de pensamento são plurais, tanto podendo abranger aspectos sociais, quanto econômicos, políticos ou culturais, como por exemplo: cultura, identidade, miscigenação, conceito de nação, de região, entre outros.

Quando se quer entender uma determinada época, e de como um determinado problema foi colocado pelo pensamento social, procura-se estabelecer quais eram os parâmetros que conduziam a forma de pensar e inventar uma determinada época. Por exemplo, a Amazônia já foi pensada de inúmeras maneiras: “inferno verde” (Alberto Rangel), “hileia amazônica” (Gastão Cruis), “paraíso perdido”, “eldorado”, entre outras adjetivações. Todas utilizavam parâmetros oscilantes entre um imaginário edênico e infernal. Algumas vezes como fonte da juventude, como lugar privilegiado da diversidade humana, da flora e da fauna; outras vezes como lugar da ausência, da deformação. Quase sempre compostas por extremidades, exotismos.

Foram, portanto, natureza e imaginário religioso as primeiras bases ordenadoras de discursos classificatórios que naturalizaram a pessoa, tornaram-na um ser pequeno perante a grandiosidade do ambiental. É através de uma história natural

conjugada a uma visão romântica sobre o novo mundo que são estabelecidas leituras sobre a nova terra descoberta. Com isso, tornou-se possível estabelecer a origem do pensamento social brasileiro na revisão e releitura das primeiras ideias surgidas sobre o novo mundo, e particularmente sobre o Brasil, ideias essas que foram se transformando em sistemas de pensamento.

A nomenclatura das coisas, sobretudo do novo mundo, no qual a Amazônia vai se encontrar inserida, estabelece uma invenção e reinvenção sobre o seu sentido, a partir de uma base discursiva de ideias dentro de uma espécie de geografia do novo mundo, que vai envolver diferentes campos da ciência, sobretudo o campo das ciências naturais: geografia, mineralogia, botânica, zoologia, entre outros. Fazia-se necessário catalogar o ambiente estudado, a se fazer, portanto, um mapeamento. Nesse sentido, a ideia de mapas e diários de viagem se tornou, entre os séculos XVI e XIX, o principal instrumento de conhecimento do novo mundo e da Amazônia na Europa.

Dois ideias básicas foram sendo estabelecidas para entender o ambiente e a pessoa: a natureza, que ora aparecia como benção ora como maldição; e a cultura, que se encontrava dentro de um esquema de pensamento em que era notada dentro de patamares não civilizatórios e pertencentes à barbárie. Há aqui duas bases de discussão a respeito do novo mundo, se este possuía alguma espécie de racionalidade e se possuía ou não alma. O argumento foi importante para estabelecerem pontos de vista e ideias a respeito da servidão de tradicionais. A discussão foi baseada na ideia da pessoa vista enquanto participante de um conceito biológico de raça.

Apesar de ser conceito superado, a diferenciação com base em critérios biológicos veio à baía, no tocante ao norte amazônico, quando foram implantados projetos em desacordo com a realidade do lugar, como foi o caso entre os Yanomami e os plantadores de arroz da região de Raposa Serra do Sol. Tal disputa colocou de um lado defensores de indígenas – que entendiam o espaço ocupado pelos arroteiros pertencente de direito e fato ao povo étnico –, e de outro produtores e não indígenas – que entendiam que a economia da região seria abalada se a área onde se plantava arroz fosse devolvida aos tradicionais.

Estabeleceu-se um discurso entre conceitos de desenvolvimento, nacionalismo, economia local, segurança nacional, entre outros, tendo por bases indígenas (não produtores) e não indígenas (produtores), para se estabelecer uma diferenciação que tinha critério do elemento raça no discurso presente.

É importante notar que os discursos sobre o novo mundo e sobre a Amazônia não são simplesmente vindos de fora pra dentro, pois ao se criar formas de classificação sobre a Amazônia, os europeus vão utilizar das descobertas para se repensar o próprio conceito de natureza, Estado e poder. Um dos exemplos que podemos dar desse processo é o conceito de “bom selvagem” de Rousseau, baseado na ideia de que o humano nasce bom por clivagem e que aos poucos vai sendo corrompido. Os indígenas seriam esse avatar, esse novo modelo de ser.

Ao descobrir o outro, o estranho, aquele que não era igual, o europeu começa a repensar a si mesmo, suas instituições e a forma de pensar ao mundo. A ideia de “bom selvagem” é uma ideia que ainda percorre o discurso oficial, quando se criam “outros novos bons selvagens” como “povos da floresta” ou “ribeirinhos”.

Descrever, ponderar e interpretar a Amazônia foram tentativas para se entender a região ambicionadas por literatos, cronistas, pesquisadores e pensadores. Podemos considerar dois tipos principais de personagens nesse percurso: os que estiveram diretamente envolvidos com a região e, portanto, a trataram de forma direta; e os que embora não a tenham tratado-a diretamente envolveram-se com temas ou ideias centrais para pensá-la.

A história das ideias do pensamento social não pode ser pensada somente enquanto conjunto de autores nacionais que imaginaram a Amazônia e o Brasil. Implica em retomada de leitura de autores europeus clássicos, tais como Montaigne, Montesquieu, Hobbes, Rousseau e Hegel, indo além desses pensadores para se suscitar quais as diferentes formas de pensar o Brasil e a Amazônia, e quais conceitos e categorias que se está utilizando para formar imagem e discurso sobre o outro, o diferente, e sobre nós mesmos.

A ciência e o campo do conhecimento não são simplesmente algo que se deu através de uma mão única (da Europa em direção ao “novo mundo”), mas sim através da incorporação e interpretação do que foi visto, vivenciado e relatado, através de cartas, diários, viagens sobre o novo mundo. A noção de homem passa a ser redefinida tendo por contraponto a articulação entre barbárie e civilização, daí a forma romantizada como os nativos são vistos e articulados dentro de uma teoria que os via enquanto “bons selvagens”. O novo mundo e a Amazônia vão redefinir até mesmo o novo critério de humanidade, tendo por base debates de cunho conceitual e moral que procuravam apreender qual era o verdadeiro sentido do homem.

Novas possibilidades de olhar, entender e conceituar o mundo são produzidas a partir dessa relação entre Europa, Novo Mundo, e, sobretudo, da Amazônia. Conceitos e termos que hoje conhecemos e vemos divulgados na mídia do mundo inteiro, tais como: biodiversidade, povos da floresta, sociodiversidade, desenvolvimento sustentável, entre outros, são oriundos desse encontro entre o colonizador e o que aqui observou.

O interessante nessa forma de pensar a Amazônia é que foi estabelecida situação de sobreposição ou divisão entre natureza e cultura, onde a primeira é vista de forma ora idílica, ora infernal. A segunda, como algo centrado nas preocupações consideradas relevantes mundialmente, quais sejam os discursos que articulam preocupações e imagens fantasiosas em torno de questões gerais tais como a manutenção do sistema climático segundo a questão da variabilidade pluviométrica. Nesse sentido, populações tendem a aparecer de forma marginal, quando articulada a alguma das grandes questões, não sendo fonte de estudos privilegiados.

Discursos científicos ou pretensamente científicos sobre a Amazônia até hoje não responderam a uma pergunta básica: o que fazer com as populações que historicamente habitam a Amazônia? Daí o fato dos discursos produzidos sobre a região “carregarem consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata, sobretudo de lidar com a situação e o destino das populações locais” (FREITAS PINTO, 2005, p. 99).

A geografia, ou a denominada revolução geográfica, pode proporcionar a inclusão de espaços considerados vazios por meio de um movimento de ocidentalização, onde foram cada vez mais se estabelecendo pares ou duplos conceituais: civilização/barbárie; modernidade/tradição; natureza/cultura. A perspectiva gerou ideia de que só haveria uma forma de organização política via modelo do Estado nacional europeu, não se levando em contas diferenciadas organizações políticas: fossem elas dadas no oriente ou nas terras onde se considerava não haver possibilidade de civilização.

Autores como Afonso Arinos de Melo Franco, em *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: As Origens Brasileiras da Teoria da Bondade Natural*, almejam demonstrar como o conhecimento e a forma de perceber o mundo dos europeus fora influenciada pelo que viram, vivenciaram e escreveram sobre o Novo Mundo e particularmente sobre o Brasil. Montaigne acreditava que o “outro”, o “selvagem”, tinha e desempenhava um papel na própria formulação e modificação dos padrões de

organização política de nações da Europa, operando a partir de concepções relativistas sobre a pessoa.

Buffon teve suas ideias aceitas sobre o novo mundo, pois estavam centradas no determinismo geográfico e climático, que limitaria qualquer forma de “evolução” no novo mundo, seja esta de vida animal, vegetal ou humana. Formulou uma teoria de estágios evolutivos onde tanto a natureza quanto a condição humana estariam limitadas por graus diferenciados de adaptabilidade ao meio. O homem do novo mundo e particularmente da Amazônia estaria em estágio considerado inferior ao padrão europeu.

Tanto pessoa quanto natureza eram pensadas em termos de estágios evolutivos, indo de marcos simples (não civilizados ou bárbaros) para estágios complexos (homem europeu, civilizado). As instituições, os costumes e as características corporais eram elementos utilizados para se operar distinções. A diferenciação era baseada na concepção de que existiam povos sem lei, sem fé e sem rei, ou seja, sem instituições que moldassem seu caráter.

Autores como Hegel, em sua *Filosofia da história universal*, e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, em *Viagem filosófica*, tiveram grande influência de Buffon, no seu determinismo geográfico. A realização de um grande inventário sobre a natureza e a cultura na Amazônia foi o grande objetivo de Alexandre Rodrigues Ferreira, tradição que tem suas limitações, sobretudo por estabelecer pensamento total e totalizante sobre aspectos da região.

Esses pensadores, considerados clássicos, colaboraram de uma forma ou de outra para a imagem sobre como a Amazônia foi e ainda é vista atualmente. Pensamentos estes que criaram fórmulas ou modos de se perceber a região em termos de núcleos de formulações categóricas. Foi assim sendo criada a literatura sobre a Amazônia, que historicamente se constitui enquanto marco paradigmático de interpretação da região. Faz-se necessária leitura desses autores clássicos, estabelecendo-se ligação com novas interpretações, numa junção entre autores clássicos e contemporâneos para se estabelecer paradigmas e formas de interpretar a Amazônia.

Questão que perpassa discursos sobre a Amazônia é qual seria o papel dela tanto no cenário local quanto nacional e global, e, nesse sentido, há interpretações que vão colocar a primazia da natureza sobre a pessoa. Nesse âmbito, seria inserida a questão da modernidade, em um processo que tende a colocar de um lado tecnologias de apreensão da natureza e de outro distanciamentos sobre o papel da humanidade no

bioma. A perspectiva que se toma é investir acerca do papel dos povos na Amazônia mediante preocupações ambientais e climáticas. A Amazônia é, então, criada e recriada através da formação de uma literatura que vai formar imagéticas idílicas.

Samuel Fritz (1654-1725), em seu *Diário de Viagem*, é autor paradigmático para se entender como se deu o processo de ocupação na Amazônia e quais foram as diferentes formas da ocupação, fazendo distinção entre duas Amazônia, a lusitana e a espanhola. Ao contrário de outros autores, que estudaram e tentaram fazer síntese sobre a região, Fritz preocupou-se em perceber as línguas indígenas e produzir duas versões de uma importante carta geográfica que serviu e serve até hoje como modelo e ponto de partida para toda a cartografia que viria em seguida.

Na formação do pensamento social brasileiro sobre a Amazônia temos basicamente dois eixos fundamentais: o pensamento e as ideias desenvolvidas pelos europeus, desde o século XVI até o XIX, via as denominadas “expedições científicas”, sob modo de narrativa sobre a região; e o pensamento e as ideias dos nacionais sobre a Amazônia (Abgvar Bastos, Euclides da Cunha, Peregrino Junior, entre outros). Tais visões não se dão de forma estanque e não estão separadas. Tendem a se comunicar entre si na medida em que eixos tanto temáticos quanto conceituais vão perpassar ambas as formas de pensamento. Há ideias de sobreposição e noções diferenciadas concedidas aos conceitos de cultura e natureza.

É interessante notar que quando se fala sobre Amazônia há de imediato uma linha discursiva em termos de conceitos-chaves: meio ambiente, aquecimento global, desmatamento, efeito estufa, entre outros. É efetuada, assim, divisão entre pessoa e ambiente, na qual a linha discursiva privilegia o “conceito de natureza”, embora de forma equivocada, e quando o humano aparece tende a ser como apêndice desse conceito estrito de natureza, ou seja, como “povo da floresta”, “guardião da floresta”, “defensor do verde”, entre outras denominações. É como se fosse uma disputa entre as populações e as paisagens.

É gestado um duplo estranhamento sobre a Amazônia: o pensamento social do europeu, em sua visão da região, enquanto “chuveiro da América do Sul” e, portanto, responsável pela regulação climática mundial; e o pensamento social brasileiro, em sua visão sobre a região enquanto reserva econômica estratégica, que deve ser ao mesmo tempo preservada e incorporada à lógica econômica do país.

Resta, portanto, um pensamento social sobre a Amazônia que dê à cultura e à natureza patamar iguais, que não os dívida. A região não pode ser vista simplesmente enquanto uma reserva, seja ela econômica ou ecológica, mas deve ser pensada enquanto unidade, abarcando tanto o pensamento científico clássico quanto os conhecimentos nativos, abarcando técnicas, práticas culturais e modos tradicionais e ocidentais de se pensar e interpretar a Amazônia.

Referências

ANTÔNIO FILHO, Fadel David. Geografia e literatura: A Amazônia brasileira na visão dos literatos. Rio Claro, SP: UNESP, s.d.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. A Viagem das ideias. In. Estudos Avançados 19 (53) 2005.

MAIA, João Marcelo Ehlert. O Pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. In. Revista Estudos Políticos. No. 02, abril de 2010.